

O passivo externo

GUSTAVO H. B. FRANCO

O repertório econômico nacional viu-se enriquecido, de uns tempos para cá, pelo conceito que dá título a este artigo. Antigamente, a oposição guardava seus piores trejeitos para as famosas "perdas internacionais", ou mesmo para a já bastante desmistificada "dívida externa", coisa banal nos dias de hoje. Mais recentemente, parecia necessário inventar algo novo, mas com o mesmo propósito de expressar este misto de perplexidade, ódio e ressentimento com que os economistas alternativos, a velha guarda nacionalista e alguns conhecidos expoentes da velhacaria econômica nacional encaravam e continuam a encarar as mudanças recentes na inserção externa do país. Tanto a abertura, que nós mesmos provocamos (e já não era sem tempo) com o intuito de destruir oligopólios e instaurar a soberania do consumidor, quanto a maior fluidez na movimentação de capitais, esta decorrente do processo maior de globalização, passaram a representar, para essas mentes conturbadas, doenças gravíssimas que estariam a corroer nossas entranhas. O fim súbito da hiperinflação nos fez experimentar essas novas realidades sem maiores ensaios, e ocasionando mudanças revolucionárias na economia. Mudanças institucionais e tecnológicas de grande importância que, como ensina o mestre Schumpeter, trazem surtos de progresso e renovação de vocações. Destrução criadora foi o termo por ele imortalizado para descrever momentos como este.

Como amiúde ocorre nesses processos, os perdedores apenas enxergam o lado "destruição" e nada concedem à "criação". Como amiúde ocorre no Brasil, a responsabilidade pelos danos é sempre do governo, que permitiu que forças malignas do exterior aqui aportassem para extraviar nossas riquezas e destruir nosso futuro. Passada a fase em que o capital especulativo e o câmbio valorizado eram responsáveis pelas altas taxas de juros, começa a proliferar na militância nacional-esquerdista, ou nas hostes empresariais-corporativistas outro gênero de bordão sempre construído a partir do conceito de "passivo externo". Tal como as "perdas internacionais", estamos falando de algo que significa coisas diferentes dependendo de quem fala. Na boca desses economistas e empresários de aspecto sombrio e inconformado, há anos falando da "entrega do patrimônio público" e da "subserviência ao Consenso de Washington", parece um horror que transcende qualquer dos anteriores em matéria de ameaças alienígenas à soberania nacional.

Para a maioria dos profissionais do ramo, todavia, o passivo externo é simplesmente a dívida externa, um conceito já bastante amadurecido e, inclusive, padronizado e dicionarizado pelo Manual de Balanço de Pagamentos do FMI.

Ora, dirão os zangados cultores das "perdas internacionais": tinha mesmo de ser coisa do FMI, que aprisiona conceitualmente a dependência externa em definições de pouca amplitude. A xenofobia, assim como a estultice, não são propriamente vedadas em lei, embora não sejam condutas exatamente dignas de admiração. O fato é que há mais de meio século o FMI se esforça, e com grande sucesso, para homogeneizar a confecção e a apresentação das contas externas de seus sócios, obedecendo ao velho princípio das partidas dobradas. Não existe, portanto, conspiração neoliber-

ral na contabilidade do balanço de pagamentos.

O movimento nacionalista anda irritado com a quantidade de Investimento Direto Estrangeiro (IDE) que o Brasil tem recebido nos últimos anos. Tanto que quer incluir o IDE no tal "passivo externo", a despeito deste tipo de investimento aparecer nos balanços das companhias onde incide com denominações como "capital subscrito", "patrimônio líquido" ou "passivo não exigível". O IDE acumulado, de Pedro Álvares Cabral a dezembro de 1995, conforme o Censo conduzido pelo Banco Central em 1996, era de cerca de US\$ 50 bilhões, incluídas participações estrangeiras indiretas em companhias brasileiras. De dezembro de 1995 até o mês passado já teremos, possivelmente, ultrapassado os US\$ 100 bilhões. Conforme o Censo, cada dólar de IDE produz mais ou menos 5 dólares em ativos no país, e os economistas velhacos (gênero oposto ao que tem sido maliciosamente denominado de "novos economistas") não enxergam benefícios, mas apenas uma cruz a carregar.

O Brasil vai se tornar um país muito mais moderno e cosmopolita, especialmente porque esta nova onda de investimentos estrangeiros penetra em setores que não estavam propriamente expostos à luz do dia. Serviços como telecomunicações, distribuição de eletricidade, portos, bancos, seguros, varejo e saneamento são áreas "novas" onde o capital estrangeiro está entrando para valer e onde os níveis de produtividade estavam muito abaixo da média nacional, como demonstrou recentemente um estudo do professor Regis Bonelli, do IPEA. O resultado

será, seguramente, um aumento

rápido da produtividade

nas áreas mais

atrasadas da

economia, co-

mo de fato tem

ocorrido. E au-

mento de pro-

dutividade

quer dizer me-

lhoria na distribuição da ren-

da nacional, bem entendido.

Mas os nacionalistas argu-

mentam que o capital estran-

geiro nada cria, especialmente

quando compra feito, via

aquisições. É claro, todavia,

que o argumento depende do

que os brasileiros que vende-

ram suas empresas fizeram

com o dinheiro. Se investiram

em novas empresas, então o

investimento estrangeiro via

aquisições foi tão produtivo

quanto o que veio abrir um ne-

gócio novo. Se o vendedor

comprou títulos públicos, ou

ações de companhias brasilei-

ras, acabou fazendo a mesma

coisa, de forma mais indireta.

Ou seja, é uma tolice a idéia

que o investimento direto es-

trangeiro por aquisições é "de

segunda categoria", ou não

contribui para criar nada.

Por último, vale considerar

o argumento que o investimen-

to direto em serviços não gera

exportações, portanto, apenas

acrescenta um peso ao País na

forma de pagamentos de divi-

dendos ao exterior. A falácia

do argumento está em deixar

de considerar os efeitos sobre

a competitividade do País, de

termos eletricidade mais barata,

comunicações melhores,

portos e seguros mais baratos,

mais competição bancária,

menores margens no varejo.

Esses investimentos aumen-

tam a competitividade geral

da economia: cada empresa

exportadora, além das não-ex-

portadoras, beneficia-se da re-

dução do custo Brasil. É dife-

rente do que se passou na Ale-

manha nazista, onde se toma-

va empréstimos no exterior

para construir estádios e mo-

numentos, ou da época do go-

verno militar no Brasil, onde

os czares da economia forçav-

am o endividamento externo

para construir ferrovias do aço

e outros investimentos que a

floresta acabou engolindo.

Como costuma

ocorrer, os

perdedores

enxergam

apenas o lado

"destruição"